

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-744-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.441210612>

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea intitulada *As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo* apresenta vinte e dois artigos, decorrentes de projetos interventivos, pesquisas teóricas e de campo decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, estudo transversal, estudos de caso, observação, entrevistas, dentre outros.

Os artigos discutem temáticas de relevância na atual conjuntura, tais como: envelhecimento populacional, feminização no cuidado à pessoa com transtorno mental e do processo migratório e como estas singularidades impactam na saúde pública da população usuárias do Sistema Único de Saúde.

Na coletânea também são apresentados importantes contribuições de pesquisadores do México com as discussões sobre pobreza e vulnerabilidade social; turismo sexual; formação docente e análise de barreiras físicas. O leitor também acessará discussões vinculadas à Democracia, agências regulatórias, educação e trabalho, cinema e influência da mídia.

Os textos apresentam ainda discussões vinculadas ao mundo do trabalho, apontando relevantes contribuições, nas temáticas vinculadas à demonstração de valor adicionado; Compliance, indústria têxtil e operações portuárias. E finalmente, o leitor também é convidado a conhecer as produções vinculadas às temáticas de folclore e religiosidade, turismo religioso, dentre outros.

A coletânea possibilita, através das riquezas de análise, estudos e textos de áreas interdisciplinar e interinstitucionais, envolvendo docentes, discentes e profissionais de distintas áreas profissionais e regiões. Essas características enriquecem o processo de sistematização e produção do conhecimento alinhado às demandas contemporâneas em constante atualização.

Convidamos o leitor a acessar às discussões, conhecer os trabalhos e realizar suas próprias conexões de modo a reverberar nos diversos espaços profissionais.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO E SEUS ESTUDOS SOBRE OS PROBLEMAS DA FOME NA AMÉRICA LATINA”

Tânia Elias Magno da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106121>

CAPÍTULO 2..... 14

FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA SAÚDE MENTAL

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Lucia Cristina dos Santos Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106122>


CAPÍTULO 3..... 25

A MULHER MIGRANTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO COMO MEIO EFETIVO DE INTEGRAÇÃO LOCAL

Fernanda Aparecida Novelli Sanfelice

Maiara Furquim Lunardello

Maíra Furquim Lunardello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106123>


CAPÍTULO 4..... 33

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, COGNITIVA E DE MEMÓRIA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Thaís Cunha Dias Ferreira

Priscila Larcher Longo

Sandra Regina Mota Ortiz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106124>

CAPÍTULO 5..... 45

CIRCUNFERÊNCIA DA PANTURRILHA E FATORES ASSOCIADOS EM IDOSOS DE COMUNIDADE

Mariana Passos Carregosa

Carolina Cunha de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106125>


CAPÍTULO 6..... 54








POBREZA Y VULNERABILIDAD SOCIAL A TRAVÉS DE LOS INDICADORES DE EXCLUSIÓN Y MARGINACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEL ESTADO DE OAXACA






Laura Irene Gaytán Bohórquez


Verónica González García

Isabel González García

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106126>

CAPÍTULO 7	64
ANÁLISIS DE BARRERAS FÍSICAS EN LA CIUDAD DE PUEBLA A PARTIR DE LA COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL	
Beatriz Martínez Carreño	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106127	
CAPÍTULO 8	74
FORMACIÓN DOCENTE EN LA LICENCIATURA EN GASTRONOMÍA	
Julio César Lira García	
Deheni Sánchez Legorreta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106128	
CAPÍTULO 9	81
TURISMO SEXUAL EN MÉXICO, ENFOQUE CRIMINOLÓGICO	
Martha Fabiola García-Álvarez	
Luz Adriana Nápoles-Durán	
Carla Monroy-Ojeda	
Dante Jaime Haro-Reyes	
Jorge Humberto Medina-Villarreal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106129	
CAPÍTULO 10	91
COMO AS DEMOCRACIAS PODEM SER RESILIENTES	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061210	
CAPÍTULO 11	110
LIMITES DA REGULAÇÃO SETORIAL	
Alyne Leite de Oliveira	
Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino	
Gilbene Calixto Pereira Claudino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061211	
CAPÍTULO 12	126
A VOZ DA TIPOGRAFIA NO CINEMA ANTES DO SOM SINCRONIZADO. CINEMA MUDO?	
Fernanda Pacheco de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061212	
CAPÍTULO 13	143
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI	
Danton Guilherme Caraça Pantoja	
Fausto Junqueira de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061213	

CAPÍTULO 14	152
REFLEXOS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO NA ATUALIDADE Andrea Oliveira D’Almeida  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061214	
CAPÍTULO 15	162
O USO DO COMPLIANCE NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS EMPRESAS Mateus Catalani Pirani Ana Carolina Alves Dias Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins Emily Romera Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061215	
CAPÍTULO 16	174
ANÁLISE MACROERGONÔMICA DO TRABALHO NO SETOR DE COSTURA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO Cristiane Affonso de Almeida Zerbetto Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061216	
CAPÍTULO 17	194
DESAFIOS DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PORTUÁRIAS: O CASO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO Wallison Albino dos Santos Fábio Braun Marcus Brauer Denílson Queiroz Marcela Lobo Celso Pieroni  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061217	
CAPÍTULO 18	206
A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS Rosyana Araújo Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061218	
CAPÍTULO 19	220
NOS COMPASSOS DO FOLCLORE E DA RELIGIOSIDADE: ASSOCIAÇÃO DO FOLCLORE DE PARINTINS COM PROCESSO RELIGIOSO DE NOSSA SENHORA DO CARMO Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira Lúcia Cláudia Barbosa Santos Maria Jacqueline Ramos Iwata Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061219>

CAPÍTULO 20.....233


UMA VIAGEM DE FÉ AOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PROPAGADORES DO TURISMO RELIGIOSO NO AMAZONAS: PRINCIPAIS ASPECTOS RELIGIOSOS DOS EVENTOS NOSSA SENHORA DO CARMO (PARINTINS); A FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BORBA (BORBA); E NOSSA RAINHA DO ROSÁRIO (ITAPIRANGA)

Maria Adriana Senna Bezerra Teixeira

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061220>

CAPÍTULO 21.....245

MUSEU E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÉ-SP

Fabília Dias da Cunha de Moraes Fernandes

Sarah Musa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061221>

CAPÍTULO 22.....260

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ZONAS DEGRADADAS, DERIVADAS DA FALTA DE ESTRUTURAÇÃO NO BAIXO VALE DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Carlos Andrés Hernández Arriagada


Mariana Chaves Moura

Raquel Ferraz Zamboni

Carlos Murdoch

Paulo Roberto Corrêa

Edgar Roa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061222>

SOBRE A ORGANIZADORA.....278

ÍNDICE REMISSIVO.....279

CAPÍTULO 10

COMO AS DEMOCRACIAS PODEM SER RESILIENTES

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 05/10/2021

Virgilius de Albuquerque

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ), Faculdade de Administração e
Finanças
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>

RESUMO: De acordo com Levitsky e Ziblatt, a degeneração do processo democrático é desencadeada pela crescente violação das instituições democráticas e da contestação de suas normas e práticas políticas, sendo que essas estratégias são empregadas por líderes populistas de viés autoritário. Salientam a importância das regras informais, centralizadas no princípio da tolerância mútua e capitaneadas pelos partidos e pelas elites políticas, como forma de contenção da erosão democrática. A democracia comunicativa, alicerçada na teoria de ação comunicativa de Habermas enfatiza o poder da comunicação pública como meio de inclusão social. Prescreve que o debate, sustentado na racionalidade do discurso, que pondera, inclusive, os recursos de poder e as ações estratégicas das diferentes partes, e em argumentos devidamente constituídos com pretensões de validade, conduz à construção de entendimentos e de acordos, que dificilmente seriam obtidos com os recursos de poder e as estruturas institucionais tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, ação comunicativa, instituições democráticas.

HOW DEMOCRACIES CAN BE RESILIENT

ABSTRACT: According to Levitsky and Ziblatt, the degeneration of the democratic process is triggered by the increasing violation of democratic institutions and the contestation of their political norms and practices, and these strategies are employed by populist leaders with authoritarian biases. They emphasize the importance of informal rules, centered on the principle of mutual tolerance and captained by parties and political elites, as a way to contain democratic erosion. Communicative democracy, based on Habermas's theory of communicative action, emphasizes the power of public communication as a means of social inclusion. It prescribes that the debate, sustained by the rationality of discourse, which also weighs the power resources and the strategic actions of the different parties, and by properly constituted arguments with pretensions of validity, leads to the construction of understandings and agreements, which would hardly be obtained with the power resources and the traditional institutional structures.

KEYWORDS: Democracy, communicative action, democratic institutions.

1 | INTRODUÇÃO

Levitsky e Ziblatt (2018) apresentaram uma análise acerca da erosão histórica do processo democrático ao redor dos países, abordando, *inter alia*, as rupturas democráticas

entre as décadas de 1920 e 1930, na Europa, no período que compreendeu as décadas de 1960 e 1970, na América Latina, até a eleição, em 2016, do ex-Presidente Donald Trump, nos EUA. Argumentam que, atualmente, a ascensão de regimes autocráticos não é decorrente de processos revolucionários nem golpes militares, mas de um processo de corrosão crescente das instituições democráticas, em especial das instâncias do Poder Judiciário responsáveis pela manutenção da ordem constitucional e da mídia, bem como da confrontação de normas e práticas políticas verificadas nos regimes democráticos. Esse processo de degradação democrática é conduzido justamente por líderes políticos de corte populista e autoritário eleitos mediante sufrágio direto.

Empiricamente, constataram a adoção recorrente de algumas estratégias com o objetivo de degradar as práticas democráticas, tais como, o questionamento das regras democráticas como a higidez do processo eleitoral e a pseudo violação da Constituição por agentes e instituições políticas que exercem papel de contenção às iniciativas autoritárias; a tentativa de deslegitimação dos opositores; e a tolerância com atos violentos. Para o arrefecimento dessas práticas, enfatizam a relevância de regras informais, em especial, o exercício da tolerância mútua e a manutenção de uma reserva institucional com vistas ao emprego moderado das prerrogativas institucionais de modo a se evitar a subversão legal. A preservação dessas regras e a preservação do ambiente democrático devem ser assegurados pelos partidos e elites políticas, considerados os guardiões da democracia, considerada a presunção de que atuarão coletivamente, independente de suas vertentes ideológicas, no sentido de manter potenciais candidatos autoritários distantes do processo eletivo para cargos executivos.

Entende-se haver uma lacuna analítica, uma vez que não é abordado o papel desenvolvido pela sociedade, ou, mais precisamente, pelos cidadãos que elegem políticos de corte autoritário, ainda que sem o apoio do *establishment* político, ou seja, dos guardiões da democracia. Precisamente, nesses casos, em que a ascensão autocrática refoge aos interesses políticos predominantes, procura-se abordar a teoria de democracia comunicativa com o objetivo prescritivo de consolidação do regime democrático.

Nesse sentido, é desenvolvido um debate envolvendo pensadores que elastecem os conceitos de democracia, instituições e racionalidade, tendo como figura central, o notório pensador Jürgen Habermas, com sua teoria da ação comunicativa, teorização essa, embrionária de um conceito de maior intensidade social, qual seja, a democracia radical. Nesse processo dialógico, faz-se recurso à transcrição de entendimentos desenvolvidos e publicados pelos debatedores. Este trabalho é concluído com um sintético cotejo entre o estudo elaborado por Levitsky e Ziblatt e as contribuições trazidas pelos autores participantes do debate.

A seguir, apresenta-se o diálogo mantido pelos pensadores convidados para esse debate virtual.

2 | DEBATE

- **Habermas:** Quero iniciar minha explanação salientando que os alicerces da democracia não podem residir na manutenção do estado de bem-estar social, na cidadania, nem na reificação da igualdade e da liberdade, apenas. Para o reconhecimento da alteridade e para a superação da tradição e da subjetividade autoritária faz-se necessário a criação de instrumentos que permitam a substantivação da democracia. Sustento que a ação comunicativa constitui esse mecanismo de inclusão social. Deve ser incentivada a implementação de mecanismos de “... *consensos obtenidos em función de um debate sustentado en argumentos y así, la deliberación intersubjetiva entre los actores permitiría la construcción de una solidaridad procesal*”¹.

Creio que, “[e]n realidad las manifestaciones comunicativas están insertas a un mismo tiempo en diversas relaciones con el mundo. La acción comunicativa se basa en un proceso cooperativo de interpretación en que los participantes se refieren simultáneamente a algo en el mundo objetivo, en el mundo social y en el mundo subjetivo aun cuando en su manifestación sólo subrayen temáticamente uno de estos tres componentes... Así, en la acción comunicativa rige la regla de que un oyente que asiente a la pretensión de validez que en concreto se tematiza, reconoce también las otras dos pretensiones de validez que sólo se plantean implícitamente; y si no es así, es menester que explique su disentimiento”².

Lembrando, as pretensões de validade do ato comunicativo de um ator são a veracidade da afirmação, ou do conteúdo *per se* (mundo objetivo), a veracidade no reconhecimento intersubjetivo do emissor (mundo social), e a retitude na adequação normativa ou retitude da mensagem (mundo subjetivo). Já falei, de forma mais detida, sobre minha teoria de ação comunicativa racional.

Por ora, gostaria de trazer à baila a leitura feita pelos socialistas democráticos – baluartes de uma terceira via, alternativa concomitante ao modelo capitalista do bem-estar social, e ao socialismo de Estado – sobre o socialismo leninista. Sustentam que esse modelo é falacioso porquanto, para sua institucionalização, se “... *exigiu uma estatização – em lugar de uma socialização democrática – dos meios de produção, assim preparando o caminho para um processo de absolutização burocrática do sistema de poder totalitário*”³.

Esta é uma longa discussão. Porém, adstrinjo-me a dizer que um verdadeiro processo de democratização, que pressupõe igualdade de acesso e propriedades dos fatores de produção, dificilmente pode ser conduzido pela sociedade civil sem a coordenação e supervisão coercitiva do Estado. Em decorrência, há uma falsificação em vez de reificação de um socialismo democrático. O projeto socialista está eivado de conotações normativas concebidas no século XIX e, por conseguinte, não representa um objetivo realista.

Sustento que a única via exequível para a autonomia da sociedade civil é mediante a

1 Extraído de Calderón (1998: 85).

2 Habermas (1987: v. II, 171-2).

3 Habermas (1992: 49).

democracia comunicativa, quando todas as discussões e decisões são gestadas a partir do seio de uma sociedade civil debatedora e prolífica no processo discursivo. Daí a necessidade de insistirmos “... *na crítica a formas de poder não-legitimadas, naturalmente surgidas, e na violência social velada, [para] que um papel central [possa] ser desempenhado pelas condições de comunicação, sobre as quais se pode estabelecer uma confiança legitimada nas instituições. Instituições essas que têm como função estabelecer uma auto-organização racional numa sociedade de cidadãos livres e iguais*”⁴.

Feita essas colocações, exponho a minha teoria da ação comunicativa sustentada na racionalidade humana. Prescrevo que “[f]odos deveriam poder esperar dos procedimentos institucionalizados da formação de opinião e vontade democráticas, que esses processos de comunicação pública fossem fundamentadamente considerados racionais e eficazes. Sua racionalidade apoia-se no sentido normativo dos procedimentos democráticos, que devem assegurar que todas as questões socialmente relevantes possam ser elaboradas de maneira inteligente e fundamentada, criando soluções para os problemas que sejam do interesse simétrico de todos – com igual atenção para cada um deles e para cada uma das formas de vida dessa sociedade”⁵.

A formação de vontades e de opiniões radicalmente democráticas, a partir das mesmas fontes de movimento comunicativo, quais sejam, as relações sociais intermediadas pelo direito e pela administração, constituem a base de um novo modelo de democracia radical. Em contraponto ao clássico poder estatal ou administrativo, que, essencialmente, racionaliza as motivações humanas de forma instrumental, sustento o fortalecimento do poder comunicativo, capaz de administrar o conjunto de motivações de uma forma mais genuína e congruente com as vontades sociais. “*O poder criado de maneira comunicativa pode produzir um efeito sobre as premissas dos processos de avaliação e decisão da administração pública, sem pretender conquistá-la, a fim de tornar efetiva as suas exigências normativas ...*”⁶.

- **Gorz:** Gostaria de fazer uma breve interrupção. Breve e eloquente! Decerto, o Sr. Habermas ao mencionar a racionalidade como substrato da ação comunicativa, não pretende reduzir a racionalidade a uma dimensão econômica, que contempla os conceitos de eficiência e produtividade. Não obstante, é evidente que considerações acerca da racionalidade capitalista intra e interempresarial devem capilarizar todas as novas arquiteturas democráticas. E, essa apropriação também deve constar de projetos socialistas.

Contudo, vaticino que “[s]e o movimento socialista não se concentrar na vida cultural, interpessoal e comunitária tanto quanto na vida do trabalho, não conseguirá ter sucesso contra o lazer e a indústria da cultura, formadores de capital. [É necessário]

4 Habermas (1992: 62).

5 *Idem* 1992: 62-3).

6 *Idem* (66).

insistir ... na criação de espaços livres cada vez mais amplos, a fim de que [surja] uma cultura cotidiana multifacetada e comunicativa, e uma solidariedade cotidiana liberada das relações acomodadas de comprar e vender”.

- **Young:** Aproveitando a pausa do Sr. Habermas, gostaria de fazer algumas críticas antes que o eminente sociológico retome seu discurso comunicativo. Faço isto, de forma provocativa, com o propósito, inclusive, de direcionar, em parte, as suas colocações. Vejo toda esta discussão bastante abstrata, quase etérea, beirando o esotérico! Filsofa-se demais! E a praxeologia? Como, enfim, substantivar todas essas correntes teóricas em ações práticas, que vão além das ações comunicativas do colega Habermas? Proponho-vos uma linha de ação concreta e eficaz. Invoco o ideal de uma democracia *beyond* habermasiana, baseada na discussão em contraponto a pseudomoderna concepção de democracia deliberativa. Os adeptos desse último modelo arvoram a sua superioridade devido ao embate das ideias no campo da argumentação crítica. Contudo, essas discussões apresentam vieses culturais que inibem a participação de determinados grupos nos processos negociais. O modelo democrático que defendo, o qual denomino “democracia comunicativa”, é lastreado nos pressupostos que “... as diferenças de cultura, perspectiva sócia ou comprometimento particularista sejam compreendidas como recursos a serem utilizados na compreensão da discussão democrática ... Em segundo lugar, proponho um conceito amplo de comunicação democrática. Saudação, retórica e narração são formas de comunicação que se somam à argumentação na contribuição à discussão política”⁸.

Rogo permissão para fazer uma breve preleção acerca de três formas de participação no processo democrático. A democracia representativa ou baseada em interesses caracteriza-se pelo processo de expressão de sentimentos e demandas e de seus registros mediante o voto. “O objetivo do processo decisório democrático é decidir que líderes, regras e políticas melhores servirão ao maior número de pessoas num sistema onde cada pessoa define seu próprio interesse”. Ora, nessa concepção, “[c]ada cidadão pode determinar racionalmente a melhor maneira de atingir seus próprios fins privados, mas o resultado agregado em si não é fruto de um processo de raciocínio próprio e não tem, necessariamente, racionalidade”. Captura-se o subjetivo e esvai-se a dimensão intersubjetiva.

Por sua vez, consoante o segundo modelo, o de democracia deliberativa, a democracia é um “... processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideias, ações e problemas coletivos. Os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um”. Supostamente, prevalece nessa tipologia a força do melhor argumento, a predominância da razão ante o poder político. Contudo, as formas institucionais, as regras e os estilos retóricos e culturais constroem os cidadãos de se tornarem interlocutores em

7 Gorz (1992: 247).

8 Young (2001: 365-6).

pé de igualdade, uma vez que há “... *um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros*”⁹.

É necessário um modelo mais inclusivo de comunicação que neutralize as diferenças culturais e de posição social. O terceiro modelo de gestão democrática, ou seja, a democracia comunicativa problematiza as formas de poder constantes dos discursos, que são culturalmente constituídos e, por conseguinte, silenciam ou desvalorizam outras manifestações discursivas. Como exemplo, menciono – e sei que V.Ex^{as} não concordam – que “[r]estringir práticas de discussão democrática a jogadas numa competição [(como se as “... partes em disputa visam a vencer o debate, não em atingir o entendimento mútuo”)] onde uns ganham e outros perdem privilegia os que gostam de competições e conhecem as regras do jogo. O discurso assertivo e confrontacional é mais valorizado aqui do que o discurso tentativo, exploratório ou conciliatório”¹⁰.

Assim, a teoria da democracia comunicativa elastece as estilísticas do discurso, tradicionalmente avaliadas quanto à assertividade e combatividade. Essa doutrina propõe a “... *atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa em que os indivíduos objetivam chegar a um entendimento. Enquanto a argumentação é elemento necessário num esforço para discutir e convencer outros ... pode ser expressa de diversas ... outras formas de comunicação*”¹¹. Essa é a forma de procedimento democrático que assegura maior pluralidade comunicativa, pois recepciona as diferenças culturais e de posição social, além das necessidades materiais distintas. Não busca, portanto, a identificação mas um *fórum* público de negociação mais ecumênico, que absorva as diversidades de perspectivas.

- **Castells:** Creio que você superdimensionou a importância da retórica no processo político. Evidentemente, não denego sua relevância. Contudo, ela deve ser matizada ante os recursos da mídia eletrônica. O efeito simbólico da mensagem política – que é de extrema importância – não pode ser creditado, apenas, ao querelante ou postulante político. O debate político e as estratégias de busca de poder são condicionados pelas novas tecnologias de informação. “*Essa dimensão tecnológica interage com as tendências mais abrangentes, características da sociedade em rede, como também com as reações comunitárias aos processos dominantes criados a partir dessa estrutura social. Exerce ainda poderosa influência sobre essa transformação, levando ao que chamo de política informacional*”¹².

Digo mais, ainda. “*Sustento que [o] uso compartilhado da tecnologia propicia a criação de novas regras do jogo que, no contexto das transformações sociais, culturais e políticas ... afetam profundamente a essência da política. O ponto principal desta questão é*

9 *Idem* (366-70).

10 *Idem* (371).

11 *Idem* (373-4).

12 *Idem* (366).

que a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a Internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder”¹³. Não é à toa que vivenciamos elevadíssimos gastos com publicidade política, uma profusão de gurus do marketing político, e a disseminação de discussões políticas nas redes sociais.

Vejam bem! Não quero com isso dizer que a mídia tradicional e digital domina a política. Há, de fato, um processo de reflexividade entre a mídia e a audiência, “... no tocante ao impacto real das mensagens, que são distorcidas, apropriadas e eventualmente subvertidas pelo público”¹⁴. Isto é evidente, já que a ontologia da mídia é contraditória porquanto nela transitam atores e estratégias com técnicas, propostas e resultados distintos.

Ainda nesse caleidoscópio, não quero ficar contingenciando e relativizando tudo. Reafirmo a primazia da mídia em suas diversas formas como espaço político. “*Afirmo que, em virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política. O que acontece nesse espaço político, dominado pela mídia não é determinado por ela; trata-se de um processo social e político aberto. Contudo, a lógica e a organização da mídia eletrônica enquadram e estruturam a política*”. Sustento “... a ideia de que tal ‘inserção’ da política por sua ‘captura’ no espaço da mídia ... causa um impacto não só nas eleições, mas na organização política, processos decisórios e métodos de governo, em última análise alterando a natureza da relação entre Estado e sociedade”¹⁵. Acrescento que “... desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia”¹⁶.

Concluo afirmando que “[a] política da mídia não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de fazer política têm necessariamente de passar pela mídia para influenciar o processo decisório”¹⁷. Entenderam? Entenderam mesmo? Em síntese, afirmo que a mídia é um sistema aberto; contudo ela é estruturante das práticas sociais e políticas que nela adentram. Em um regime democrático, denomino essa práxis de “democracia informacional”. Assim, chamo a atenção da colega Young acerca da envergadura de seu modelo de democracia comunicativa. Decerto está distante de ser uma panaceia!

- **Habermas:** Feitas essas ressalvas, retomo o meu discurso. Abordarei agora,

13 Castells (367).

14 *Idem* (367).

15 *Idem* (368).

16 *Idem* (370).

17 *Idem* (374).

de modo mais percuciente a minha teoria de ação comunicativa racional. Observo que alguns colegas palestrantes, como Young, derivaram seus posicionamentos a partir de meu constructo teórico. Serei um pouco mais extensivo com a finalidade de dissipar confusões, principalmente, para esclarecer que a minha teoria é eminentemente constitutiva.

Viso problematizar o poder e instituí-lo com uma dimensão adicional, qual seja, o poder comunicativo, constituído a partir de procedimentos racionais de coordenação da comunicação pública com vistas à consecução de entendimento social. Portanto, é originalmente constitutivo, distinto da proposta utilitarista de Young. Não olvido, como abordarei adiante da dimensão teleológica da comunicação. Contudo, como explanarei, acredito que desenvolvi minha teoria em uma estrutura analítica mais densa, que serve como substrato para ilações mais teleológicas e deontológicas. Friso, enfim, que minha teoria é de cunho construtivista, em que as comunidades sociais e a sociedade *lato sensu* são socialmente constituídas a partir da comunicação e do discurso.

Quanto aos modelos de processo democrático, preleciono a existência de três formas procedimentais do regime democrático. Devido à multiplicidade de seus elementos imanentes, procurarei conceituar cada um destes tipos-ideias, em termos de cidadania, do arcabouço normativo-legal, e do processo político de formação da vontade popular. Primeiro, a liberal. Consoante essa corrente, o Estado exerce a função mediadora para a institucionalização dos objetivos coletivos, os quais são gestados nas interações privadas estruturadas pelo mercado. O Estado é reduzido a um aparato da administração pública. As políticas públicas são comunitariamente despolitizadas. Prevalece a lógica da ação coletiva de grupos de interesse.

Segundo, a republicana. De acordo com essa abordagem, a instituição do Estado adquire maior alento. O Estado não medeia, apenas; também é responsável pela socialização das discussões públicas. Prolifera o conceito de cidadania e a relação cidadã, caracterizada pela solidariedade comunitária e reconhecimento intersubjetivo dos atores políticos. Além da capacidade regulatória do Estado e do mercado, destaca-se, nessa perspectiva, a solidariedade como elemento de integração social. *“Thus, on the republican conception, the political public sphere and its base, civil society, acquire a strategic significance. Together, they are supposed to secure the integrative power and autonomy of the communicative practice of the citizens. The uncoupling of political communication from the economy has its counterpart a coupling of administrative power with the [structures of] communicative power generated by the political opinion and will-formation”*¹⁸. *“From this perspective, there is a structural difference between communicative power, which proceeds from political communication in the form of discursively generated majority decisions, and the administrative power possessed by the government apparatus”*¹⁹.

Todavia, essa escola ao universalizar a conduta prático-moral apresenta uma séria

18 Habermas (1998: 240).

19 *Idem* (243).

limitação. Isto porque, não se pode asseverar a existência de discursos éticos que visam a identificação de interesses coletivos em comunidades caracterizadas pelo pluralismo cultural e social. Nesse caso, é evidente que interesses grupais ou societais, constitutivos de valores e identidades compartilhadas não poderão ser consensuados a partir de discursos éticos.

Por fim, a deliberativa. O conceito de negociação é imanente ao modelo de democracia deliberativa. Os procedimentos e os resultados possíveis são acordados entre as diversas comunidades que, por conseguinte, devem se conformar com as regras ajustadas. Nesse caso, a racionalidade do discurso não pode abstrair considerações acerca de poder e ação estratégica das diferentes partes. Não existe, como pressupõem os republicanos a transcendência em torno de uma vontade geral da nação. Desse modo, estamos aqui com os pés mais no chão.

Portanto, sintetizo que a abordagem de democracia deliberativa deve “... *take into account the multiplicity of forms of communication in which a common will is produced, that is, not just ethical self-clarification but also the balancing of interests and compromise, the purposive choice of means, moral justification, and legal consistency-testing. In this process ... two types of politics ... can interweave and complement one another in a rational manner. ‘Dialogical’ and ‘instrumental’ politics can interpenetrate in the medium of deliberation if the corresponding forms of communication are sufficiently institutionalized...* [Esse modelo de democracia] ... *relies precisely on those conditions of communication under which the political process can be presumed or produce rational results because it operates deliberatively at all levels*”²⁰. À guisa de clarificação, cada um dos três modelos apresentados reside em uma essência ontológica: o liberalismo na sociedade de mercado, o republicanismo, na comunidade ética, por fim, o deliberativo, nos processos de formação de opinião política e de construção social de entendimento.

No processo de racionalização do discurso com vistas à formação de opinião e interesse, apenas o sistema político participa. De fato, esse sistema é um “... *subsystem [- constituído por procedimentos formais de formação de opinião e interesse institucionalizados -] specialized for collectively binding decisions, whereas the communicative structures of the public sphere comprise a far-flung [of informal] network of sensors that respond to the pressure of society-wide problems and stimulate influential opinion. The public opinion which is worked up via democratic procedures into communicative power cannot itself ‘rule’ but can only channel the use of administrative power in specific directions*”. Com relação ao novel conceito de poder comunicativo, essa forma de poder “... *springs from the interactions between legally institutionalized will-formation and culturally mobilized publics. The latter for their part find a basis in the associations of a civil society distinct from the state and the economic alike*”²¹.

20 *Idem* (1998: 245-6).

21 *Idem* (250-1).

Prosseguindo, explanarei, a partir de agora, um pouco sobre a minha teoria da sociedade, objeto de meu livro intitulado ‘Teoria da Ação Comunicativa’, em que a ação racional comunicativa de seus membros é orientada para a busca de entendimento. Procuo assim contribuir para este debate, fazendo uma síntese de minha doutrina que fomentou toda uma corrente de pensamento democrático lastreada no poder comunicativo, na democracia comunicativa, enfim, na democracia radical ou deliberativa

Procuo, também, debelar o reducionismo cognitivo-instrumental de corte weberiano que, tradicionalmente, direciona a compreensão sobre a racionalidade humana. Nesse sentido, não procuro solucionar problemas econômicos e políticos relacionados, por exemplo, ao equilíbrio econômico, maximização de lucros, tampouco, a aquisição e utilização de poder político. Rastejo o campo sociológico e, entre as formas de orientação simbólica da ação, detenho-me naquela destinada ao entendimento humano, quiçá utilitarista, porquanto objetiva a ação cooperativa. Contudo, essa ação teleológica é desprovida de viés estratégico, que se destina à consecução de fins próprios em um meio social de pluralidade de sujeitos sociais e interesses. Ou seja, faço a clivagem entre uma manifestação linguística com a intenção de formular um entendimento comunicativo de uma determinada opinião, e uma intenção teleológica, particularmente instrumental-estratégica, com vistas a um determinado interesse.

Prossigo minha auto exegese. Toda manifestação simbólica que sublima a racionalidade, como o seu instrumento norteador, e o mundo objetivo, como o seu *locus* de efetivação, deve cumprir algumas pretensões de validade para que possam ser suscetíveis de críticas, essas passíveis de serem aceitas ou refutadas, para que, *a fortiori*, possam ser fundamentadas. Ou seja, há um ‘quê’ de racionalismo crítico nessa minha interpretação, de sorte a tornar esse termo tautológico.

Toda ação de natureza teleológica deve conter a pretensão de verdade e uma perspectiva de êxito, traduzida em sua pretensão de eficácia. Nesse contexto, a ação social pode ser considerada tanto mais racional quanto melhor forem fundamentadas as pretensões de validade da verdade e da eficácia. Todavia, a racionalidade imanente à prática comunicativa de um saber apresenta um propósito distinto. Expressa “... *la capacidad de aunar sin coacciones y de generar consenso que tiene un habla argumentativa em que diversos participantes superan la subjetividad inicial de sus respectivos puntos de vista y merced a una comunidad de convicciones racionalmente motivada se aseguran a la vez de la unidad del mundo objetivo y de la intersubjetividad del contexto em que desarrollan sus vidas*”²².

Pretendo, assim, encerrar o meu entendimento acerca da racionalidade, asseverando que esse conceito não pode ser compreendido destituído das pretensões de validade, as quais discorrerei adiante. “*A una afirmación solo se la puede llamar racional si el hablante cumple las condiciones que son necesarias para la consecución del fin ilocucionario de*

²² Habermas (1987, v. I: 27).

entenderse sobre algo en el mundo al menos con otro participante en la comunicación; y a una acción teleológica solo se la puede llamar racional se el actor cumple las condiciones que son necesarias para la realización de su desígnio de intervenir eficazmente en el mundo. Ambas tentativas pueden fracasar: es posible que no se alcance el consenso que se busca o que no se produzca el efecto deseado”²³.

Com relação aos conceitos empregados de ação social na teoria sociológica, gostaria de destacar, em particular, quatro deles. Primeiro, “[e]l concepto de acción teleológica ocupa desde Aristóteles el centro de la teoría filosófica de la acción”. “El concepto central es el de una decisión entre alternativas de acción, enderezada a la realización de un propósito, dirigida por máximas y apoyada en una interpretación de la situación”. “El modelo dota al agente de un ‘complejo cognitivo-volitivo’ de modo que éste puede, por un lado (mediante percepciones), formarse opiniones sobre los estados de cosas existentes y, por otro, desarrollar intenciones con la finalidad de traer a la existencia los estados de cosas deseados”. Ela “... se amplía y convierte en acción estratégica cuando em el cálculo que el agente hace de su éxito interviene la expectativa de decisiones de a lo menos otro agente que también actúa con vistas a la realización de sus propios propósitos. Este modelo de acción es interpretado a menudo en términos utilitaristas ...”.

Segundo, “[e]l concepto de acción regulada por normas se refiere no a lo comportamiento de un actor en principio solitario que se topa en su entorno con otros actores, sino a los miembros de un grupo social que orientan su acción por valores comunes. El actor particular observa una norma (o viola) tan pronto como en una situación dada se dan las condiciones a que la norma se aplica. Las normas expresan un acuerdo existente en un grupo social”. “La expectativa de comportamiento no tiene sentido cognitivo de expectativa de un suceso pronosticable, sino el sentido normativo de que los integrantes del grupo tienen derecho a esperar un determinado comportamiento”.

Terceiro, “[e]l concepto de acción dramática ... hace referencia ... a participantes em uma interação que constituyen los unos para los otros un público ante el cual se ponen a sí mismos en escena. El actor suscita en su público una determinada imagen, una determinada impresión de sí mismo, al develar más o menos de propósito su propia subjetividad.” “El concepto aquí central, el de autoescenificación, significa, por tanto, no un comportamiento expresivo espontáneo, sino una estilización de la expresión de las propias vivencias, hecha con vistas a los espectadores”.

Finalmente, “[e]l concepto de acción comunicativa se refiere a la interacción de a lo menos dos sujetos capaces de lenguaje y de acción que (ya sea con medios verbales o con medios estraverbales) entablan una relación interpersonal. Los actores buscan entenderse sobre una situación de acción para poder así coordinar de común acuerdo sus planes de acción y con ellos sus acciones. El concepto aquí central, el de interpretación, se refiere primordialmente a la negociación de definiciones de la situación susceptibles a consenso.

²³ Idem (28).

*En este modelo de acción el lenguaje ocupa ... un puesto prominente*²⁴.

Em síntese, entendo por ação comunicativa, a atitude orientada para o entendimento que tenha como objetivo um acordo de base racional mutuamente consentido, isto é, “... cuando los planes de acción de los actores implicados no se coordinan a través de un cálculo egocéntrico de resultados, sino mediante actos de entendimiento. En la acción comunicativa los participantes no se orientan primariamente al propio éxito; antes persiguen sus fines individuales bajo la condición de que sus respectivos planes de acción puedan armonizarse entre sí sobre la base de una definición compartida de la situación. De ahí que la negociación de definiciones de la situación sea un componente esencial de la tarea interpretativa que la acción comunicativa requiere”²⁵.

Enfatizo que os atos de entendimento imanentes aos mecanismos de coordenação da ação comunicativa “... que ligan los planes de acción teleológicamente estructurados de los distintos participantes, ensamblando las acciones particulares en un plexo de interacción, no pueden ser reducidos a su vez a acción teleológica. En este sentido el concepto paradigmático de interacción mediada lingüísticamente es incompatible con una teoría del significado, que, como la semántica intencional, conciba el entendimiento como solución de un problema de coordinación entre sujetos que actúen orientándose al éxito”²⁶.

Ainda nesse sentido, com o propósito de melhor delimitar didaticamente o campo da ação comunicativa, distingo a comunicação distorcida ou manipulativa da ação comunicativa. A ontologia da ação comunicativa foi devidamente expressa acima. Como já vimos, a outra vertente da ação social consiste na ação estratégica. É nessa modalidade de ação que se encontram as comunicações distorcidas, intencionalmente ou não. A ação estratégica pode ser expressa de forma clara e aberta ou de modo disimulado. Quando disimulada, o engano pode ser inconsciente, ou seja, reflète uma comunicação sistematicamente distorcida, em que participantes não se conscientizam de que suas atitudes estão orientadas para a busca do êxito, ou consciente, denotando a prática da manipulação empreendida por participantes.

Gostaria, também, de fazer um breve esclarecimento dos mundos da vida humana. A plena compreensão da racionalidade requer que entendamos as diversas dimensões por onde transitam nossas observações, emissões e manifestações. De fato, faço uma digressão ontológica dos mundos da vida, digo, mundo objetivo, subjetivo e social. Com relação ao primeiro, “[e]l mundo solo cobra objetividad por el hecho de ser reconocido y considerado como uno y el mismo mundo por una comunidad de sujetos capaces de lenguaje y de acción”. Por sua vez, a subjetividade nos remete ao “... concepto abstracto de mundo [como] ... condición necesaria para que los sujetos que actúan comunicativamente puedan entenderse entre si sobre lo que sucede em el mundo o lo que hay que producir en el mundo”. E, por fim, com relação ao mundo social, “[c]on esta práctica comunicativa

24 *Idem* (122-5).

25 *Idem* (367).

26 *Idem* (369-70).

*se aseguran a la vez del contexto común de sus vidas, del mundo de la vida que intersubjetivamente comparten*²⁷.

Nesse contexto, as presunções de validade de um ato racional sujeitas à crítica devem ser tais que as expressões simbólicas sejam referentes a um saber compartilhado intersubjetivamente pela comunidade de comunicação. A racionalidade cognitivo-instrumental possibilita uma maior independência e autoafirmação dos sujeitos, porquanto procuram realizar seus propósitos. Por sua vez, a racionalidade comunicativa “... *amplia ... las posibilidades de coordinar las acciones sin recurrir a la coerción y de solventar consensualmente los conflictos de acción (en la medida en que éstos se deban a disonancias cognitivas en sentido estricto)*”²⁸.

Isto posto, faço, agora, uma associação entre as modalidades de ação social e os mundos da vida. Tanto a ação teleológica como a estratégica, pressupõem a sua ocorrência no mundo objetivo. Por sua vez, a ação normativa “... *presupone relaciones entre un actor y exactamente dos mundos. Junto al mundo objetivo de estados de cosas existentes aparece el mundo social a que pertenece lo mismo actor en su calidad de sujeto portador de un rol que otros actores que pueden iniciar entre sí interacciones normativamente reguladas. Un mundo social consta de un contexto normativo que fija qué interacciones pertenecen a la totalidad de relaciones interpersonales legítimas*”²⁹.

A ação dramática, por sua vez, recepciona a reflexividade do ator social. Deste modo, “... *el concepto de acción dramática exige el ulterior presupuesto de un mundo subjetivo con que se relaciona al actor, que en la acción misma se pone a sí mismo en escena*”. “*Una representación vale para que el actor se presente ante los espectadores de un determinado modo; al dejar trasparecer algo de su subjetividad, el actor busca ser visto y aceptado por el público de una determinada manera*”³⁰. Essa ação “... *presupone dos mundos, un mundo interno y un mundo externo. Las manifestaciones expresivas escenifican la subjetividad del actor frente a otros actores, deslindándola del mundo externo ...*”³¹.

Por fim, a ação comunicativa permeia os três tipos de mundo ao introduzir o entendimento linguístico como um meio de coordenar as ações sociais. Ao pressupor a linguagem como “... *medio de entendimiento ... en que hablantes y oyentes se refieren, desde el horizonte preinterpretado que su mundo de la vida representa, simultáneamente a algo en el mundo objetivo, en el mundo social y en el mundo subjetivo para negociar definiciones de la situación que puedan ser compartidas por todos*”³².

Na verdade, à guisa de simplificação, os modelos teleológico, normativo e dramático podem ser compreendidos “... *como un caso limite de acción comunicativa, a saber: el primero, como entendimiento indirecto de aquellos que solo tienen presente la*

27 *Idem* (30-1).

28 *Idem* (33).

29 *Idem* (127-8).

30 *Idem* (129-30).

31 *Idem* (135).

32 *Idem* (138).

realización de sus propios fines; el segundo, como acción consensual de aquellos que se limitan a actualizar un acuerdo normativo ya existente; y el tercero, como autoescenificación destinada a espectadores. En cada uno de estos tres casos sólo se tematiza una función del lenguaje: la provocación de efectos perlocucionarios, el establecimiento de relaciones interpersonales, y la expresión de vivencias. Por el contrario, el modelo comunicativo de acción ... tiene en cuenta todas las funciones del lenguaje [(... contenido proposicional, la oferta de una relación interpersonal y una intención del hablante)]” Friso que “... el entendimiento lingüístico es sólo el mecanismo de coordinación de la acción”³³.

O grande atributo da ação racional comunicativa é a possibilidade de obtenção de uma ação coordenada social quando a existência de dissensos não pode ser efetivamente resolvida pelo uso estratégico do poder nem pelas rotinas institucionais cotidianas. A propósito, conceituo “... argumentación al tipo de habla en que los participantes tematizan las pretensiones de validez que se han vuelto dudosa y tratan de desempeñarlas o de recusarlas por mérito de argumentos. Una argumentación contiene razones que están conectadas de forma sistemática con la pretensión de validez de la manifestación o omisión problematizadas”³⁴. A argumentação possui distintas estruturas, cada uma delas podendo ser associada a um dos cânones aristotélicos acerca da expressão argumentativa, quais sejam, “... las estructuras de una situación ideal de habla especialmente inmunizada contra la represión y la desigualdad [(retórica)]; las estructuras de una competición, ritualizada, por los mejores argumentos [(dialéctica)], y finalmente, las estructuras que definen la forma interna de los argumentos y las relaciones que los argumentos guardan entre sí” [(lógica)]³⁵.

Young defende a estrutura da retórica como substrato de sua teoria da democracia comunicativa. Não denego os méritos de sua abordagem. Contudo, creio ter demonstrado, com a explanação feita sobre as modalidades de ação social, as presunções de validade, as três dimensões do mundo da vida, e as estruturas de argumentação, que a sua abordagem sobre democracia radical é reducionista.

Chego, finalmente, à definição de presunção de validade. A racionalidade é dita comunicativa quando os membros que participam da prática comunicativa procuram fundamentar suas manifestações ou emissões em circunstâncias apropriadas e mediante a prática da argumentação sustentada em pretensões universais de validade. As presunções são contingentes do objetivo de manifestação dos sujeitos. As ações comunicativas são racionais caso sua manifestação venha endossada por boas razões e que, “... sean correctas o tengan éxito si se trata de la dimensión cognitiva, sean fiables o sapientes si se trata de la dimensión práctico-moral, sean inteligentes o convincentes si se trata de la dimensión evaluativa, sean sinceras o autocríticas si se trata de la dimensión expresiva, sean comprensivas si se trata de la dimensión hermenéutica ...”³⁶.

33 *Idem* (137-9).

34 *Idem* (37).

35 *Idem* (48).

36 *Idem* (70).

Resumidamente, considero a existência de três presunções de validade nos atos de ação comunicativa. *“Las pretensiones de validez (verdad proposicional, rectitud normativa y veracidad expresiva) caracterizan diversas categorías de un saber que se encarna en manifestaciones o emisiones simbólicas”*³⁷. Ora, como vimos anteriormente, o conceito teleológico, normativo e dramatúrgico podem ser abarcados pelo modelo de ação comunicativa, que compreende todas as funções de linguagem. Portanto, três presunções de validade são inerentes à manifestação comunicativa. São elas: (i) *“... que el enunciado que hace es verdadero (... se cumplen las condiciones de existencia del contenido proposicional ...)”*; (ii) *“... que el acto de habla es correcto en relación con el contexto normativo; e (iii) “... que la intención expresada por el hablante coincide realmente con lo que éste piensa”*³⁸.

Em suma, pressupõe-se que o interlocutor contenha em suas manifestações, verdade dos enunciados ou dos pressupostos, retitude das ações reguladas normativamente, e veracidade das manifestações subjetivas. E, por conseguinte, faço o liame desses três critérios com as três relações ator-mundo, quais sejam, a observância de enunciados verdadeiros no mundo objetivo, a retitude das relações interpessoais no mundo social, e a veracidade das vivências e intenções expressas pelo ator no mundo subjetivo. Procurei, assim, explicar os principais conceitos subjacentes ao meu entendimento sobre democracia comunicativa. Peço desculpas se me alonguei em demasia, mas o fiz com o propósito de clarificar alguns elementos de minha teoria, caudatária de modelos mais recentes de postulação democrática.

- **North**: Deixe-me adicionar um elemento olvidado neste debate, qual seja, as instituições. A abordagem institucionalista possibilita a problematização de premissas clássicas do comportamento racional do agente econômico, que não se coadunam com a realidade empírica. *“More controversial (...) among the behavioral assumptions, usually, is the implicit one that the actors possess cognitive systems that provide true models of the worlds about which they make choices or, at the very least, that the actors receive information that leads to convergence of divergent initial problems”*³⁹.

Ou seja, os modelos constituídos a partir de uma abordagem individual-utilitarista oferecem sérias restrições porquanto a realidade humana é caracterizada, também, por dissonâncias cognitivas, não-transitividade e mutabilidade de preferências, assimetrias e limitações informacionais, escolhas em ambientes de incerteza, e influências de natureza estrutural. Deste modo, sugiro o emprego de uma perspectiva distinta, cuja ontologia reside nas instituições, de onde se pode derivar o comportamento dos agentes sociais.

As instituições são constrições socialmente construídas que modelam as interações humanas. Por conseguinte, uma vez que elas condicionam o comportamento de seus

37 *Idem* (110).

38 *Idem* (144).

39 *Idem* (17).

membros, suas estruturas institucionais reduzem o grau de incerteza de uma sociedade. Este é um de seus pressupostos básicos. A perspectiva institucional não prescreve, por outro lado, que a instituição seja funcionalmente eficiente, constituída para a busca do êxito estratégico. Na tipologia de Habermas, o raciocínio institucional se assemelha mais à ação comunicativa do que à contraparte estratégico-utilitarista.

- **Sachs:** Compreendo a doutrina do Sr. Habermas relativa à ação comunicativa como um processo de estruturação racional interna da ação orientada para o entendimento. Compreendi, também, a crítica feita por esse notório filósofo no sentido de que a teoria da ação comunicativa não se circunscreve à resolução dos problemas de coordenação entre sujeitos direcionados ao êxito. Possivelmente, no presente colóquio exista um certo posicionamento refratário às ciências econômicas, malgrado, esse campo do saber pertencer, também, às ciências sociais. Quiçá seja devido à utilização de premissas exacerbadamente racionais. Mas é, exatamente, sobre a racionalidade que gostaria de fazer um breve comentário, evidenciando-o com exemplo do campo econômico, qual seja, os mercados financeiros. O que eu quero ilustrar é que a explicação sobre o comportamento racional apresenta lacunas interpretativas. Esclareço que minha explanação estará direcionada para ações estratégicas em vez de ações comunicativas. Mas o que procurarei salientar é a plasticidade do conceito de racionalidade. E, essa certa liberalidade imanente à essência de um conceito não é boa, evidentemente, para o entendimento do próprio conceito de racionalidade.

Discorrerei sobre o clássico problema de ação coletiva. Para tanto, abordarei os problemas de coordenação nos mercados financeiros. *“Financial markets are plagued by two basic kinds of coordination problems. The first arises because of multiple equilibria in asset markets, a deep implication of the fact that the value of financial markets depends on markets expectations, while market expectations depend on asset values. This circularity gives rise to many forms of self-fulfilling prophecies, with attendant instabilities and inefficiencies. The second arises in circumstances of financial distress of debtors, as the result of collective action problems inherent in debt workouts. In this case, the market equilibrium is unique but inefficient. In both cases, domestic financial markets are supported by state institutions to mitigate the market inefficiencies”*⁴⁰.

Repararam, a falta de congruência da chamada racionalidade nos mercados financeiros, faz com que o seu funcionamento só seja racional caso escorado por instituições exógenas a sua dinâmica. Endosso, portanto, a relevância do papel das instituições feitas pelo colega North. E as instituições são frutos muito mais das trajetórias do caminho – *path dependence* – do que de lampejos de racionalidade, seja ela de natureza instrumental ou não.

Nessa mesma vertente, qual seja, problematizando o conceito de racionalidade, introduzo uma contribuição da teoria dos jogos. Os problemas de ação coletiva, provenientes

⁴⁰ Sachs (1995: 3).

das situações em que ocorrem interações estratégicas entre os agentes podem ser divididos em dois conjuntos distintos de problemas: (i) de cooperação, analisado pelo modelo do “dilema de prisioneiros”; e (ii) de coordenação, cujo instrumento analítico é o modelo da “batalha dos sexos”.

De acordo com o dilema dos prisioneiros, a ação racional de um agente pode impedir o estabelecimento de um arranjo institucional ou socialmente constituído de cooperação mútua, caso ele tenha incentivos individuais para abandonar o acordo cooperativo, gerando, desse modo, um equilíbrio abaixo da curva de Pareto – Pareto não-ótimo. De outro modo, os agentes podem deparar-se com uma situação distinta, em que haja múltiplos pontos de equilíbrio na curva de Pareto – equilíbrios múltiplos – ocasionando um problema de coordenação para a seleção de apenas um desses pontos, mormente caso esses pontos de equilíbrios expressem preferências bastante diferentes em termos de distribuições de benefícios.

Esse duplo enfoque dos problemas de ação coletiva, confere às instituições um atributo adicional do que aquele, de cunho funcional, originalmente concebido, em que a instituição era responsável pelas atividades de monitoramento e provimento de informações. O reconhecimento do problema de cooperação e coordenação evidencia que questões complexas, que envolvem conflitos distributivos entre os agentes, são solucionadas mediante a utilização de poder e barganha de interesses. Desse modo, é com base nessa dupla conotação da problemática das ações coletivamente empreendidas, que procuro questionar a racionalidade e suas fronteiras epistemológicas. Arranjos adicionais que compreendam instituições ou outros fatores exógenos são necessários para que a racionalidade ondule dentro de sua conceituação tradicional.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma grande distinção entre as proposições teóricas da democracia procedimental, notabilizada por Dahl em suas obras sobre sistemas políticos democráticos, por um lado, e os apologistas da democracia comunicativa de corte habermasiano, por outro. Aqueles estão preocupados em criar instituições que deem efetividade ao processo da democracia. Consistem em uma segunda instância, uma segunda camada da estrutura de instituições democráticas. Já, os últimos, ao problematizarem a plena democracia, não apenas quanto à liberdade e considerações sobre o bem comum, mas, também, quanto à igualdade em todas as dimensões da vida humana, incluindo, direitos sociais, econômicos e de acessibilidade cultural, enxergam a necessidade de aprofundar a compreensão do processo democrático *beyond* instituições formais. Daí, a denominação de democracia radical. Procuram a efetividade, não somente do processo democrático, mas, sobretudo da própria democracia.

Dessa forma, procede Habermas ao elaborar uma complexa teoria comunicativa,

tipicamente, construtivista, em que os agentes sociais procuram, por intermédio dos recursos da linguagem, constituir um ambiente, ou melhor, instituições de cooperação com vistas ao entendimento. Em parte, as colocações de Young devem ser compreendidas nessa dimensão. Isto porque ele sustenta uma ação estratégica de maior reivindicação a partir da origem do processo democrático, com base na comunicação. Mas, não é o que sugere Habermas, nem o que ele procura teorizar. Ações teleológicas já foram demasiadamente teorizadas. Esse filósofo procura analisar, e, destarte, capturar com mais sutileza, o comportamento humano cooperativo, conducente à ação comunicativa que desencadeará todo o processo democrático. Essa é a primeira camada de instituições democráticas, sobre a qual se sobrepôs a camada superficial, das instituições relativas ao processo democrático. Sem a devida compreensão da primeira, a análise da segunda torna-se superficial.

Todavia, há um ponto que esse debate não conseguiu esclarecer. Ao contrário, possibilitou a problematização e, mesmo, a desconstrução do conceito de racionalidade. Habermas, ao pressupor um certo tipo de racionalidade universal como condutora da ação democrática, evidencia uma obediência à tradição kantiana. Embora modesta, as colocações feitas pelo economista Sachs demonstram a limitação desse raciocínio. O comportamento humano transcende a simples racionalidade. O comportamento coletivo, quando inexplicável, é, então, atribuído ao 'inconsciente coletivo'. Decerto, a modernidade e o seu *deus ex machina*, a razão, devem ser revisitadas.

Prescreve-se que a democracia representativa, que é baseada em interesses, e a democracia deliberativa, orientada nas discussões racionais acerca da resolução dos problemas coletivos, devem ser suplantados pelo modelo da democracia comunicativa. A ação racional comunicativa procura, mediante a inclusão das diversas formas de comunicação, neutralizar as diferenças culturais e sociais existentes e, conseqüentemente, alcançar uma ação coordenada coletiva incapaz de ser equacionada pelos recursos de poder e procedimentos institucionais existentes.

Destaca-se que a ação comunicativa deve levar em consideração as novas tecnologias de informação, em particular, a mídia digital expressa pelas redes sociais, que dão novo contorno às regras do jogo democrático, notadamente na veiculação de mensagens que não sofrem depuração crítica e que objetivam distorcer e subverter a compreensão da realidade. Deve-se reconhecer que as redes sociais constituem nova forma de espaço político que não é controlado nem por partidos políticos nem pela mídia tradicional. Atualmente, a representatividade popular por meio dos partidos políticos tem se mostrado pouco efetiva. Por conseguinte, os guardiões da democracia são suplantados pela atomização dos meios de representação nesses espaços políticos sem representatividade formal e com potencial de possuírem baixa densidade das pretensões de validade, em especial, da veracidade do conteúdo das matérias veiculadas.

A análise dos fenômenos de constrição democrática e dos processos malsucedidos

de democratização observados, por exemplo, no período conhecido como Primavera Árabe perpassa o trabalho desenvolvido por Levitsky e Ziblatt. Ademais, a eleição de políticos autocráticos não decorre diretamente da incapacidade da classe política de evitar sua candidatura. Trata-se de um entendimento reificado, pois, de fato, o desgaste dos guardiões da democracia é reflexo da fragilização do processo democrático. Suas essências analíticas mais profundas podem ser mais bem compreendidas a partir dos ensinamentos de corte habermasiano.

A democracia deve ser continuamente construída e preservada. Fenômenos como a polarização política e a instrumentalização das redes sociais para veiculação de pensamentos acrílicos e desconstituídos de presunção de validade podem ser arrefecidos por meio da ação racional comunicativa dos cidadãos – que, em um sentido estrito, corresponde à preservação das regras informais salientadas pelos autores norte-americanos mencionados acima, socialmente construídas e culturalmente constituídas, de modo a reforçar a resiliência democrática.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, Fernando. Modernización y ética de la otredad. In CALDERÓN, F. y LECHNER, N. **Más allá del Estado, Más allá del Mercado: la Democracia**. La Paz: Plural Editores, 1998.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 2001.

GORZ, André. A Nova Agenda. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la Acción Comunicativa: Crítica de la Razón Funcionalista**. Madrid: Taurus Ediciones, v. I e II, 1987.

_____. A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda – O que Significa Socialismo Hoje? In: BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **The Inclusion of the Other – Studies in Political Theory**. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NORTH, Douglass C. – **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, 7ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SACHS, Jeffrey. Do We Need an International Lender of Last Resort?. Mimeo, 1995.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o Outro: Além da Democracia Deliberativa. In SOUZA, Jessé (org.). **Democracia Hoje – Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea**. Brasília: UNB Ed., 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências reguladoras nacionais 110, 111

Análise macroergonômica do trabalho 174, 175, 176, 192

Área produtiva 175

Assédio 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

B

Barreras físicas 64, 65, 68, 71, 72

C

Cargas portuárias 194, 195, 198, 199, 200, 201

Cinema 114, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Compliance 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Comunicação 11, 30, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 108, 109, 117, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 162, 163, 184, 193, 225, 238, 246, 256, 263

D

Demanda ergonômica 176, 184, 185, 192

Democracia 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109

Demonstração do fluxo de caixa 207

Demonstração do valor adicionado 206, 207, 208, 213, 215, 216, 217, 218, 219

Distribuição de riqueza 206, 211

E

Educación superior 74, 75, 76, 77, 78, 80

Envelhecimento 33, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 46, 51, 52

Espacio urbano 64, 65, 67, 72

Exclusión 54, 55, 56, 59, 61

Expectativa de vida 35, 46

F

Fé 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 239, 242, 243

Festival 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 239, 243

Folclore 220, 222, 223, 224, 225, 231

Fome 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 262

Formación docente 74, 75, 76, 78, 79, 80

G

Gênero 14, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 39

Globalização 156, 157, 164, 262

I

Idosos 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Inovação 157, 169, 174, 175, 176, 193, 274, 276

Institutos de longa permanência para idosos 37

J

Juri 147, 150

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 152, 153, 160

M

Meios de comunicação 97, 143, 149

México 12, 55, 56, 62, 63, 64, 74, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 90, 165, 204

Mídia 92, 96, 97, 108, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150

Migrantes 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 56

Miséria 2, 3, 6, 9, 11, 157, 260, 262

Modernidade 108, 262, 277

Museu 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

P

Política de saúde 16, 17, 20, 22, 23, 29, 52, 278

Políticas públicas 16, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 32, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 84, 98, 152, 156, 157, 160, 161, 164, 258, 262, 274

Políticas sociais 16, 17, 18, 21, 23, 152, 153, 155, 209, 278

Porto 38, 43, 142, 161, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 240, 276

Processo democrático 91, 95, 98, 107, 108, 109

Processo migratório 26, 27

Processo penal 143, 144, 145, 149, 150

R

Reforma psiquiátrica 14, 15, 16, 17, 18, 23

Regulação setorial 110, 111, 118, 122, 124

S

Serviço social 6, 14, 21, 22, 23, 24, 160, 278

Sistema de planeación estratégica democrática 66

Sistema Único de Saúde 25, 28, 31, 278

T

Tipografia 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Transdisciplinariedad 65, 66, 72, 73

Transtorno mental 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24

Turismo religioso 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 244

Turismo sexual 85, 86, 90

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

